



GOVERNO DE PERNAMBUCO

Secretaria de
Desenvolvimento Social,
Criança e Juventude

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

Data: 21/12/2022

Horário: 14:00 horas

Local: Híbrida (Empresarial Palmeira e Google Meet)

PRESENTES

PRESIDENTE – Gleyton Araújo
VICE-PRESIDENTE – Lucas Lira Gomes
ARTJOVEM – Brenno C. Gomes de Almeida
CANDACES – Maria Luiza de Rodrigues de Aquino
COMLESBI – Rivânia Rodrigues da Silva
GAYMADO – Glauber dos Santos Stringlini
GTP+ – Geydson Vicente Coutinho da Silva
MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE – Marcone C. Menezes
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – Jairo Gomes de Amorim
REDE LGBT DO INTERIOR – Hewrya Maiacowski M. de Lima
RENFA – Emanuelle Santana Marques
COORDENADORIA LGBTQIA+/PE – Léo Lins da Silva
SEC. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – Aline Malta
SEC. DE DEFESA SOCIAL – Jeanne de Aguiar P. De Souza
SEC. DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – Roseane Fátima de Q. Morais
SEC. DE SAÚDE – Luiz Valério
SETEQ – Patrícia Luna
SEC. DA MULHER – Lucidalva Nascimento
SEC. EXECUTIVA DO CEDPLGBT – Iris de Fátima

CONVIDADOS(AS)

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

AMOTRANS; REDE SAPATÁ.

NÃO JUSTIFICARAM

PAUTA

- Aprovação das atas 11^a, 12^a das reuniões extraordinárias e a 47^a reunião ordinária;
- Aprovação da audiência no MPPE, conforme solicitação da 7^a Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania/Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
- Apresentação das ações desenvolvidas e pendências do CEDPLGBT-PE, no 2022;
- Informes gerais;
- Encerramento das atividades de 2022 e confraternização.

DESENVOLVIMENTO

A 50ª Reunião Ordinária do pleno teve início às 14h, na sala de reuniões do Edifício Empresarial Palmeira, nova sede da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, onde o vice-presidente dá as boas vindas a todos(as/es), pede que se apresentem pois temos conselheira nova e já inicia sua apresentação. Em seguida, todos(as/es) presentes se apresentam e Lucas Lira inicia a discussão do primeiro ponto de pauta que diz respeito sobre a aprovação das atas 11ª e 12ª extraordinária e 47ª ordinária, questiona o pleno se alguém tem alguma observação referente às atas, se querem solicitar alguma correção e ele mesmo já sugere que na ata 47ª seja colocado de forma clara e objetiva o motivo do atraso da reunião, que foi devido a falta de estrutura para a realização da mesma, uma vez que fora realizada na SETEQ com problemas de conexão com a internet e questões técnicas.

A secretária executiva do conselho, questiona se todos(as/es) leram as atas ou se preferem aprovar no próximo pleno.

Luiz Valério se inscreve e ressalta a importância da colocação de Íris, explica que não conseguiu dar conta de ler todas as atas e sente-se mais confortável em aprovar posteriormente.

Lucas Lira sugere adiar a aprovação para a reunião do pleno de janeiro e pede que todos leiam, pois a ata é bem discursiva, principalmente as pessoas que fizeram alguma fala nas reuniões para observar se tem alguma revisão e destaca que por mais fiel que a descrição seja, ela ainda é carregada de uma outra percepção e interpretação de quem transcreve.

Luiz Valério se inscreve e comenta que levar a aprovação das atas para janeiro é uma incógnita por estarmos vivendo um novo governo, assim os conselheiros(as/es) que compõem o conselho representando a gestão não podem garantir a presença no próximo pleno.

Jeanne Aguiar sugere que a aprovação seja feita por outro canal oficial do conselho, que é o e-mail, que os colegas poderiam ler e enviar suas considerações por e-mail.

Brenno Gomes discorda da aprovação ser adiada devido a colocação de Luiz Valério, pela incerteza de estabilidade na gestão.

Lucas Lira traz uma colocação de que é necessário compreender que a representação dentro de um conselho é da instituição e não da pessoa, logo, independe da presença do indivíduo a instituição estará no conselho. Outro ponto que o conselheiro argumenta é o

compromisso e a responsabilidade nas falas, que é possível acatar a sistemática de aprovação por e-mail com o prazo estipulado de até sexta-feira (23/12/2022), às 17h, caso alguém tenha alguma observação enviar por e-mail para correção, no caso de não ser recebida nenhuma revisão, iremos considerar as atas integralmente aprovadas. Comenta que dessa forma é a mais formal e prática possível e questiona o pleno se aprovam esse encaminhamento ou se têm outra sugestão. A proposta foi aprovada pelo pleno.

Passando para o próximo ponto de pauta que trata da audiência com o Ministério Público, realizada no dia 06 de dezembro de 2022, ocorreu uma audiência com o Dr. Westei Conde referente a notícia de fato nº 02007000620/2022, correspondente ao ofício enviado ao Ministério Público denunciando a falta de informações acerca do projeto +Cidadania LGBT, aprovado por esse conselho. A audiência ocorreu com uma comissão do conselho composta por Lucas Lira (vice-presidente), Íris de Fátima (sec. executiva), Brenno Gomes (ARTJOVEM) e Rivânia Rodrigues (CONLESBI/CANDACES). Lucas explica que foi orientado nessa audiência que fosse submetido para a aprovação desse pleno uma audiência para o dia 16 de janeiro de 2023 às 15h, na sede do Ministério Público de Pernambuco, com o representante da política LGBT do Estado e o conselho, já compreendendo o processo de transição e contemplando a nova gestão, não teria sentido e nem tempo hábil para a realização de outra audiência no mês de dezembro de 2022. Lira detalha que o Dr. Westei sugeriu que o conselho aprovasse a reunião também por uma questão de legitimação, uma vez que o envio do ofício que gerou a notícia de fato foi aprovado pelo conselho e também a remessa foi uma deliberação do pleno deste conselho, o companheiro coloca a demanda para aprovação do pleno e deixa aberto caso alguém tenha alguma dúvida sobre o tema e/ou queira se colocar. Assim, por unanimidade o pleno aprovou a proposta.

Dando seguimento a reunião, o próximo ponto de pauta a ser discutido é referente a apresentação das ações desenvolvidas e as pendências do conselho. Lucas coloca que na última reunião ficou decidido que essa tivesse um caráter administrativo com o objetivo de fazer um levantamento mínimo da atual situação do conselho referente a questão de faltas, de pendências e de avanços, até para tomar essa análise como uma preparação para a nova gestão. Diante disso, foi elaborada uma carta e ela foi encaminhada para a equipe de transição, no que pesa ao conselho foi construída uma ata para reunir o balanço deste ano contendo as pendências e realizações, a fim de evitar que as

discussões sejam iniciadas do zero devido a mudança de gestão. O conselheiro solicita ao técnico que projete por parte os relatórios para apresentação ao plenário, nesse momento é projetado o relatório das reuniões realizadas no ano de 2022. Lucas argumenta que foi feito de uma forma rápida e que esse apresentado não é definitivo e faz a leitura do relatório onde constam todas as reuniões, com suas respectivas datas. Nesse momento, o conselheiro solicita que seja apresentado o relatório de frequência e passa a palavra para a secretária executiva.

Íris de Fátima endossa que esse relatório não é definitivo, que foi realizado o levantamento das reuniões do ano, sendo 11 ordinárias e 03 extraordinárias, pede a compreensão dos conselheiros(as/es) e explica que será corrigida as faltas de todos(as/es) visto que ela ainda irá fazer uma busca mais minuciosa dentro das atas das reuniões. Parabeniza a gestão pela grande presença nas reuniões.

Lucas Lira comenta que solicitou essa frequência por observar a evasão de algumas instituições, principalmente quando se trata das secretarias de governo, usando o exemplo da quantidade de reuniões ordinárias e extraordinárias teve secretaria que faltou e/ou justificou 10 reuniões, ou seja, essa instituição não participou do conselho durante esse ano. O conselheiro sugere que no próximo ano o pleno possa se debruçar na revisão regimento interno para delimitar, inclusive a quantidade de justificativa, que é preciso ter um bom senso, entendendo que são 12 reuniões ordinárias e ter, por exemplo, um limite de 05 justificativas e 04 não justificadas. Lembra que as justificativas precisam ser formalizadas por e-mail e que cada membro tem um suplente já para evitar o máximo a falta, que esse relatório não tem o objetivo de constranger ninguém, uma vez que estão sendo apontadas as faltas das instituições, pois essas têm o compromisso e precisam ter a responsabilidade também com a frequência.

A secretária executiva pondera algumas instituições que só passaram a compor o conselho a partir de fevereiro, quando ocorreu a eleição, ela cita a Rede Sapatá, o Movimento Negro Unificado, entre outros que novamente ela cita que passarão por correção.

Nesse momento, alguns conselheiros questionam o número de faltas que está projetado em tela, em formato de tabela apontando suas posições respectivamente. O vice-presidente e a secretária executiva, responsáveis por organizar esse relatório, novamente explicam que não é definitivo e que irão fazer as devidas correções considerando as atas. Deixam claro que o relatório foi apenas uma maneira de pontuar

como anda a frequência do conselho, mas que esse apresentado é apenas um demonstrativo.

Marcone Costa se inscreve e comenta que como Íris de Fátima pontuou é importante fazer a revisão da frequência a partir das atas, pois esse documento ficará nos anais do conselho, registrado legalmente. O conselheiro cita a quantidade de faltas da Sec. de Educação e Esportes fazendo alusão que a secretaria só compareceu a uma reunião (segundo o relatório), mas conseguiu fazer um seminário de gênero que contemplou todo o estado e afirma que sem a presença do conselho, que isso é contraditório por compreender que a secretaria não legitimou esse espaço, mas fortaleceu outro espaço. Marcone ainda detalha que o conselho foi chamado para participar apenas como convidado e dessa forma o conselho precisa avaliar qual é o compromisso das secretarias de estado nesse espaço.

Aline Malta se inscreve para fazer uma observação sobre a quantidade de faltas apresentadas da Sec. de Educação e Esportes, que é muito raro a secretaria faltar pois quando ela (titular) não pode comparecer sempre contamos com a presença de Joana (sua suplente), justifica que ambas compõem outros conselhos e por isso se dividem para contemplar a todos. A conselheira diz que irá voltar a sua agenda para fazer esse resgate, que está estranhando a quantidade de faltas empregadas a elas. Em seguida, ela se atém a responder a citação feita por Marcone, que em algumas situações foram realizados outros eventos entre virtuais ou presenciais, na maioria das vezes virtuais, e quando foi solicitado a presença do conselho - compreendendo a quantidade de demandas e situações de forma geral que o conselho tem pra fazer, geralmente ocorre a indicação a partir de uma pessoa de quem convidar do conselho, porém recorridas vezes com ausência, mesmo que com justificativa. Dessa forma, foi pensada uma estratégia para esse seminário, de antemão conversar com as pessoas perguntando da sua disponibilidade para que fosse enviado o convite de forma direcionada, devido ao evento ter sido feito através de uma emenda parlamentar para custeio, foi pensado nessa perspectiva porque envolvia hospedagem, além de um valor que não era nem da própria secretaria, por isso, ela repete, que foram convidados e confirmados com antecedência todos os participantes para evitar as faltas o máximo possível, que todo mundo aqui tem suas demandas, participam de diversos espaços, que compreende a justificativa das faltas. Aline, aproveita o momento para agradecer a Hewrya que participou do seminário, comenta que foi bastante proveitoso e importante ter a execução desse

seminário que foi o primeiro da Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades (UNERGS) e finaliza dizendo que espera ter outras oportunidades, inclusive presenciais.

Rivânia Rodrigues é a próxima inscrita e inicia sua fala dirigindo a conselheira Aline Malta, representante da Sec. de Educação e Esportes. Dizendo que ela representa o CONLESBI e que irá fazer algumas considerações sobre a fala que lhe antecedeu sob a perspectiva do movimento social. A conselheira traz que a política LGBT de Pernambuco é transversal no governo, bem como é na secretaria de saúde que possui um organismo da política LGBT. Dessa forma, Rivânia explica que esse espaço do CEDPLGBT é consultivo e também é deliberativo, é também um espaço de fiscalização, acompanhamento das políticas realizadas e por isso que o pleno sentiu falta de uma comunicação da secretaria. Rodrigues pontua que quando é realizado um seminário daquele existe um custo e que o Movimento LGBT que está na luta desde sempre, que viveu todos os marcos históricos da política no estado e que também ajudou a criar a UNERGS, está presente nesse conselho e não teve conhecimento desse seminário, nem enquanto conselho estadual, nem enquanto movimento social. Rivânia elenca exemplos de fortes organizações da sociedade civil como o Fórum LGBT de Pernambuco, a RENFA, a Rede LGBT do Interior e o CANDACES junto com o CONLESBI e a Rede Sapatá (entidades que representam as mulheres lésbicas e bissexuais em pernambuco), que não foi possível observar esses movimentos no evento. A conselheira comenta que a apresentação das políticas LGBT na transversalidade do governo é uma crítica feita para a gestão como um todo e espera que a gestão responda acerca disso, ela explica que a política LGBT não está somente na Coordenadoria, mas sim em todas as secretarias de Estado, para além disso é necessário apresentar também qual o levantamento orçamentário gasto nessa política. Rivânia faz uma provocação ao pleno para reflexão: “o que estamos fazendo aqui? A gente só está conversando? Participando de uma reunião?”, em seguida ela responde que não, que todos aqui estão fazendo o exercício da política LGBT, que esse é o papel dos representantes da gestão dentro das suas secretarias e do movimento social nas suas entidades.

Lucas Lira afirma que esse levantamento foi feito através das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias e explica a metodologia utilizada para a descrição das atas, onde na primeira página consta a presença dos conselheiros(as/es), na segunda as justificativas de ausências e as não justificadas, ou seja, se alguém está sentindo que

existe uma divergência de dados podem solicitar as atas e refazer esse levantamento, justamente por se tratar de uma prestação de contas da atuação de cada conselheiro(a/e) nesse espaço.

Dando seguimento para o próximo ponto de pauta, é projetado na tela o documento referente às deliberações e pendências. Íris de Fátima explica que esse levantamento foi baseado nas atas convocatórias, ela diz que identificou situações como a falta de estrutura para transportar os conselheiros(as/es) do interior para participação das reuniões do pleno, o fato do conselho não ter sido recebido pelo governador e pelo secretário da SDSCJ, a não apresentação do projeto +Cidadania LGBT, a não realização da Conferência Estadual LGBTQIA+, a falta de equipamentos adequados para realização das reuniões, a não realização do planejamento do conselho e a falta de técnicos para o conselho. A secretária executiva comenta que essas foram as pendências identificadas. No que pese os avanços, foi possível identificar o preenchimento dos boletins de ocorrência; a construção da carta para a nova gestão; a coordenadoria LGBT do estado ter feito a prestação de contas com relatórios de todas as ações realizadas no ano de 2022; o acompanhamento do caso Christian no CRMCLGBT+ do Recife; apresentação da vigilância sanitária referente a monkeypox; debate acerca das informações referentes ao Inquérito Civil nº 02007.000.120/2020 e o Procedimento Preparatório nº 02006.0000.004/202; o lançamento da Cartilha dos Direitos da População LGBT de Pernambuco; a entrega do plano para as secretarias; a formação do conselho de Floresta; a participação no Primeiro Fórum LGBT de Gravatá; Primeiro Seminário da UNERGS e Íris explica que colocou um tópico com o título de “outros” por esse documento ser um rascunho provocativo, podendo passar por correção e/ou alterações ainda.

Hewrya se inscreve para trazer ao pleno sua participação no seminário da UNERGS o qual ela foi convidada, a conselheira pontua que o evento ocorreu no município de Sairé e que o convite chegou para ela por ser conselheira para fazer uma fala compondo a última mesa do evento. Ela explica que Dayanna Louise (Coordenadora da Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidades (UNERGS) da Gerência de Educação Inclusiva e Direitos Humanos (GEIDH) da Secretaria de Educação e Esportes, atualmente afastada para fazer seu doutorado) indicou seu nome para Aline Malta.

Rivânia Rodrigues é a próxima inscrita e comenta que gostaria apenas de relembrar que esses documentos são minutas que podem ser acrescentadas e organizadas. Com isso, a conselheira se dirige a comentar que é um grande avanço a gente ter o preenchimento no campo da ocorrência policial, mas que na prática não houveram avanços reais, que nenhum caso foi devolvido para esse conselho como forma de afirmar a efetivação da política. A companheira relata que sobre um assassinato ocorrido em Camaragibe até hoje não obteve nenhuma conclusão do caso e conclui o pensamento repetindo que não sabemos nada a respeito das ocorrências LGBT's. No que tange os relatórios apresentados por Gleyton, Rivânia afirma que não são ações do conselho, mas sim da coordenadoria e destaca que é necessário fazer a apresentação das ações na transversalidade do governo, não só as ações desenvolvidas e/ou acompanhadas pela Coordenadoria. Rivânia ainda pontua que também deve ser feito pela gestão um levantamento dos recursos gastos para a política LGBT dentro do governo do estado e para finalizar e a conselheira pede que seja acrescentado como avanço a reestruturação do Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco.

Marcone Costa se inscreve e diz que também é importante pontuar nesse documento a participação no livro dos 20 Anos do Movimento Leões Do Norte, a construção do grupo de trabalho da SDS, a intervenção na construção do Comitê de Pessoas Trans na Sec. da Mulher, o Projeto +Cidadania LGBT e encerra dizendo que essa é sua contribuição para o documento.

Jeanne Aguiar pede para acrescentar a campanha feita no DHPP.

Rivânia Rodrigues pede para pontuar o que aconteceu com o descaso perante o Projeto LBT que está coordenado pela Sec. da Mulher.

Gleyton Araújo se inscreve e pede para acrescentar a posse do conselho datada de 04 de julho, publicada em diário oficial. Sobre as pendências, o conselheiro diz ter uma proposta para o pleno, usando de exemplo a falta de estrutura para transporte e deslocamento, foi aberto um processo que segue no SEI do conselho, bem como o planejamento e da estruturação do conselho, todos esses processos estão no sistema eletrônico do estado e mesmo que mude a gestão fica registrado porque o pontapé inicial foi a partir do conselho. O presidente trouxe para o pleno o número de cada SEI e a orientação com relação ao andamento de cada um, justamente sugerindo que no próximo ano as discussões não iniciem do zero, mas sim a partir dessas cobranças. Dessa forma, Gleyton traz a problemática da falta de transporte para os

conselheiros(as/es) do interior foi uma demanda junto a Procuradoria Geral do Estado - PGE, sendo que a PGE pediu orientação junto a Sec. de Administração para obter a informação se o estado cobre ou não essa despesa e está no aguardo desse posicionamento para a secretaria arcar de fato com essa obrigação, logo não será necessário iniciar essa discussão do zero, o SEI desse processo é o nº 0416/2022-25 e o nº 0370/2022-44. Com relação ao projeto +Cidadania LGBT, foi deliberada a apresentação em outra reunião e o projeto segue também no próximo ano, Gleyton complementa que tem algumas alterações que precisam ser feitas no projeto e a partir disso pode reorganizar a comissão. Acerca da conferência tem um SEI encaminhado que já conta com um termo de referência e minimamente uma estrutura de valores organizados para construir uma licitação a fim de contratar uma empresa para execução do evento, orçado em R\$280.000,00 reais, o SEI é o nº 051/2022-80. Quanto à falta do técnico, Gleyton faz uma observação que hoje o conselho dispõe de Léo Lins que desempenha essa parte de apoio ao conselho, o conselheiro elogia o trabalho do técnico com a transcrição das atas e informa que nesse processo de construir o corpo técnico do conselho alguns servidores da secretaria foram convidados, mas acabaram não aceitando o convite. Relativo à estruturação do conselho, o presidente comenta que também segue um processo licitatório para a estruturação do conselho de igualdade racial e do conselho LGBT, é o processo nº 0115/2022-71, que contempla a demanda de material, computador, som, gráfica, também para ser acompanhado no próximo ano. Em referência ao planejamento do conselho, também segue um SEI, com planilha orçamentária de nº 3936/2022-30. Gleyton explica que de certa forma todas essas pendências foram encaminhadas mesmo com o tempo curto, entende que o conselho precisa acompanhar esses processos para não voltar as discussões para a estaca zero, destaca que todos esses processos surgiram a partir do SEI desse conselho, então quem tem acesso ao SEI deve manter o monitoramento para andamento.

A secretária executiva pede para fazer uma observação sobre como é importante o conselho ter o seu técnico, pois pode parecer pouco, mas os processos e encaminhamentos apresentados são uma demanda alta para uma única pessoa, que entende a relevância do trabalho de Léo Lins para esse conselho, porém ela não observa que ele seja exclusivo do conselho, ele também tem suas tarefas dentro da coordenadoria. Íris de fátima indaga que se nós criamos um conselho, composto por sociedade civil e governo e que no instrumento que regulamenta o conselho teve esse

olhar de gestão e controle social, é necessário nos questionarmos, o que acontece quando esse instrumento começa a funcionar o que foi pensado, escrito e votado não é cumprido? E ela prossegue dizendo que o regimento deve então ser reformulado.

Rivânia Rodrigues se inscreve e comenta que essa é uma recomendação para a próxima gestão, a conselheira ainda chama atenção que é necessário recomendar também para a próxima gestão que esse conselho deixe ser apenas um decreto.

Marcone Costa se inscreve para comentar a fala de Íris, que de fato o regimento versa sobre uma equipe técnica, que ele entende que não foi atendido, uma vez que a própria Íris é gestora pública da coordenadoria também. O conselheiro explica que ninguém é nomeado como secretária executiva, uma vez que Íris de Fátima é apenas uma recomendação do pleno deste conselho e que isso é uma discussão para ser levada ao ministério público.

Lucas Lira diz que é necessário estar atento, pois chegou para a equipe de transição que a coordenadoria teria 09 cargos.

Gleyton Araújo comenta que acha importante não perder o técnico Léo Lins nesse processo.

Rivânia e Lucas respondem que Léo também é recomendado e não nomeado.

Luiz Valério se inscreve e ressalta a importância do que Rivânia pontuou em relação ao futuro deste conselho sendo um decreto, que é importante listar no documento os dois grupos, no sentido de garantir a presença da coordenadoria LGBT sendo esta a que tem dentro da lógica do governo a responsabilidade de trabalhar a interseccionalidade das ações com as demais secretarias de governo e também os apontamentos para dentro da importância do conselho respeitando aquilo que está dentro do decreto quanto ao corpo técnico desse mecanismo.

Rivânia Rodrigues concorda com Luiz Valério e complementa que não apenas o nome da coordenadoria, mas sim dos serviços e os espaços que a política LGBT tem na transversalidade do governo, aqui a conselheira cita equipamentos como o CECH, a Coordenação de Saúde LGBT, o organismo da Secretaria de Educação e Esportes, a própria Coordenadoria LGBT, as políticas da SETEQ, entre outros que a companheira diz que é necessário fazer esse levantamento de onde existe política LGBT dentro do estado para que não se perca esses espaços.

Íris de Fátima comenta que é apaixonada pelo conselho, que gostaria de dizer que apesar dos embates, hora tão fervorosos, hora tão acolhedores, que todos nós estamos

de parabéns por garantir o funcionamento desse espaço, que apesar de todas as dificuldades é persistente e parabeniza a todos(as/es) conselheiros(as/es).

Lucas Lira dá seguimento para o próximo ponto de pauta sendo os informes gerais, que já traz com relação ao feedback da carta, houve um diálogo com a equipe de transição e que a última informação que eles passaram foi de terem uma equipe reduzida em torno de 07 pessoas, que essa não é uma equipe política, mas sim técnica que está ali para resolver tudo. O conselheiro diz que essa equipe afirmou que iria receber o conselho, que a reunião fosse agendada para janeiro já com as nomeações dos próximos gestores, que garantiram a presença da vice-governadora recebendo o conselho. Ficou acordado para na primeira quinzena de janeiro montar uma comissão e fazer a entrega da carta. Para além disso, ele coloca para o pleno deliberar a publicidade dessa carta na rede social do conselho.

Rivânia e Marcone se posicionam para que a publicidade seja feita após a reunião com a nova gestão e quando for feita a entrega aí sim o conselho torna o documento público.

Gleyton Araújo informa que dia 14 de novembro foi encaminhado um ofício do Gabinete de transição para a Casa Civil com relação aos conselhos solicitando informações sobre todos os conselhos existentes no estado de Pernambuco. O conselheiro retrata que a Casa dos Conselhos repassou no dia 02 de dezembro.

Lucas Lira retoma a fala e informa que também ficou deliberado que nessa reunião ocorreria uma confraternização mínima para todos(as/es) que pudessem estar presentes, que houve uma movimentação para trazer os(as/es) conselheiros(as/es) do interior onde Hewrya conseguiu chegar, mas Maria Daniela está cirurgiada por isso não pôde estar presente e a companheira Adriana não esteve presente por conta do seu trabalho.

Léo Lins se inscreve e pede o espaço para fazer votos de gratidão por todos os ensinamentos e infelizmente também não conseguiu estar presente na reunião devido a questões pessoais, que foi uma honra dividir esse espaço com todos(as/es). O técnico pede também para informar que participou do Seminário da UNERGS a convite de Dayanna Louise e Aline Malta, que foi enquanto técnico da coordenadoria para compor a primeira mesa do evento levando toda sua vivência enquanto homem-trans do Sertão de Itaparica, que a escola onde Léo se formou no ensino médio levou o grupo de pesquisa e ele também pôde dar seu depoimento como egresso, encerra desejando ao pleno uma ótima confraternização.

Marcone Costa se inscreve para fazer algumas solicitações referentes a esse último pleno, que é necessário pedir para a Secretaria de Defesa Social e para a Secretaria de Cultura uma reunião sobre as ações desenvolvidas no verão/carnaval e prévias, que é importante oficializar enquanto conselho. Marcone informa ao pleno que nesse mês de dezembro ocorreram 02 casos de LGBTfobia no estado, sendo um em Gravatá contra um homem gay e outro em Vitória de Santo Antão ocorreu um assassinato de uma mulher-trans, o conselheiro diz que é preciso oficializar o DHPP para saber como estão os acompanhamentos desses casos e também para o CECH caso tenha chegado até eles alguma demanda. Além disso, Marcone diz que é importante o conselho visitar algumas turmas do projeto +Cidadania para fazer escuta nesses locais.

Rivânia Rodrigues informa que a Secretaria da Mulher do estado abriu um edital para projetos e foi aprovado um projeto para a pauta LBT (mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais/travestis). A conselheira pontua que no que cabe às mulheres LGBT's dentro dessa secretaria desde sua primeira gestora tem muita dificuldade, ela reconhece que houveram avanços como a criação do coletivo pró-lésbicas e mulheres bissexuais, bem como o coletivo de mulheres trans/travestis, porém ainda existe uma dificuldade e usa de exemplo um evento que ocorreu no Palácio do Campo das Princesas onde todas as organizações feministas presentes tiveram representações na mesa, mas nenhuma mulher LBT foi convidada a compor. Rivânia deixa o repúdio das organizações LBT's e diz que esse conselho precisa publicizar isso para a Secretaria da Mulher já que esta secretaria tem um assento nesse conselho. A conselheira informa ainda, que no dia 20 de dezembro ocorreu uma chacina na cidade do Recife e o 19ª Batalhão perdeu 02 oficiais muito importantes no combate as LGBTfobias, por isso é necessário que esse conselho emita uma nota de pesar. Foram assassinados a esposa do autor dos disparos, o Tenente da PM Wagner Souza e a Major da PM Aline Maria, além disso 02 agentes da PM ficaram feridos. Rivânia se emociona ao lembrar que a Major Aline Maria esteve acompanhando todo o trâmite da Parada da Diversidade de Pernambuco, destaca a atuação de Tenente e da Major também no cuidado e acolhimento com as mulheres trans/travestis que eles tinham na polícia, que essa será uma perda inestimável para o movimento LGBTQIA+ no estado. A companheira dá destaque para atenção que o Estado de Pernambuco precisa ter nos próximos concursos no que diz respeito aos testes psicológicos, que é necessário existir um probatório a fim de tentar diminuir a efetividade de psicopatas como o indivíduo que promoveu essa chacina. Rodrigues

ainda declara que da mesma forma que é cobrado da polícia para a população LGBTQIA+ do estado, também é preciso louvar a atuação do Tenente Wagner Souza e da Major Aline Maria que foram grandes aliados da polícia LGBT do Estado de Pernambuco.

Lucas Lira coloca as sugestões de Rivânia em votação e o pleno aprova por unanimidade.

Gleyton Araújo se inscreve para informar que chegou para a coordenadoria uma demanda de uma mulher trans que foi fazer um procedimento em São Paulo, que está na UTI em estado de vulnerabilidade no quadro clínico. O conselheiro quis fazer apenas o registro, uma vez que Luiz Valério já está ciente do caso e que a demanda chegou através de instituições do Movimento Social que foram até a coordenadoria pedir apoio no caso.

Luiz Valério informa que já fez contato com a Coordenadoria de Saúde LGBT de São Paulo e está aguardando retorno, que também está buscando informações através de amigos médicos que trabalham por lá. Valério faz um destaque de que as relações são difíceis de tratar para com essas questões, que houve uma tentativa de intervenção com outro caso parecido com pouca articulação nesse processo e agora o que ele tem de informação é o aguardo desse retorno.

Hewrya se inscreve para comentar que Janeiro é o mês da visibilidade trans/travesti e esse conselho, por questões burocráticas da gestão, nunca conseguiu desenvolver ações para essa data, que isso sempre é posto em pauta mas não tem êxito. A conselheira diz que até por uma questão de reparação histórica o conselho precisa dialogar algo para ano que vem, porque quando o assunto é visibilidade trans ela só consegue visualizar a AMOTRANS fazendo e o conselho tenta fazer mas não consegue. Hewrya enfatiza a dificuldade enfrentada pelo interior até de participar das reuniões, que essa discussão é antiga por não ser resolvida, comenta que ela consegue estar presente porque mora um pouco mais próxima da capital e cita o exemplo de Alzyr que não consegue assistir uma reunião presencial devido a esse descaso. A companheira cobra a presença das secretarias de governo que têm plenas condições de participarem das reuniões, uma vez que cada titular dispõe suplência para diminuir o máximo as faltas, que é importante cobrar.

Emanuelle Santana diz que essa é uma pauta extremamente cara ao movimento social e sugere levar isso para a reunião do dia 16 de janeiro com o ministério público, também

diz que seria importante marcar uma reunião extraordinária antes do dia 29 de janeiro (comemorado o Dia Nacional da Visibilidade Trans e Travesti) a fim de tentar desenvolver alguma movimentação enquanto conselho, que é necessário deliberar isso o quanto antes já que ano que vem as coisas ainda se desenham de forma muito incerta.

Rivânia Rodrigues se inscreve com outra proposta e declara que esse ano foi um ano muito difícil para todas as organizações, inclusive para o conselho, que a maior dificuldade foi não ter ocorrido o planejamento pois essa seria uma ação já pautada no mesmo. A proposta dela é que seja criado um grupo de trabalho com as instituições que possam contribuir, ela cita a AMOTRANS e a Rede LGBT do Interior são representações legítimas para compor essa comissão, por óbvio, que essa comissão deve pensar nessas ações para a visibilidade trans. A conselheira menciona que no próximo ano já teremos um novo governo, então as propostas discutidas nesse grupo de trabalho sejam passadas para a coordenadoria e que ela possa transitar entre o GT, numa alternativa de buscar apoio como, por exemplo, a confecção de material gráfico que demanda de um tempo para ser produzidos.

Lucas Lira questiona se tem mais alguém inscrito e diz que gostaria de agradecer a companheira Íris de Fátima que já acompanha esse conselho há anos, agradece também ao técnico Léo Lins que chegou recentemente, agradece também aos conselheiros(as/es) da sociedade civil e do governo em especial aos que deixarão o conselho devido a mudança de gestão, deseja a todos, todas e todes um feliz natal e um próspero ano novo, declara encerrada a reunião do pleno para dar início a confraternização de forma presencial.

ENCAMINHAMENTOS

- Jeanne Aguiar sugere que a aprovação seja feita por outro canal oficial do conselho, que é o e-mail, que os colegas poderiam ler e enviar suas considerações por e-mail.
- Lucas Lira sugere acatar a sistemática de aprovação por e-mail com o prazo estipulado de até sexta-feira (23/12/2022), às 17h, caso alguém tenha alguma observação enviar por e-mail para correção, no caso de não ser recebida nenhuma revisão, iremos considerar as atas integralmente aprovadas.

- Lucas Lira traz a demanda do Ministério Público: realização de uma audiência dia 16 de janeiro de 2023, às 15h, na sede do Ministério Público de Pernambuco, com o(a/e) responsável pela política LGBT do Estado e este conselho para tratar da notícia de fato nº 02007000620/2022.
- Rivânia Rodrigues sugere que o conselho emita uma nota de repúdio para a Secretaria da Mulher do estado pelo descaso com as mulheres LBT's no evento que ocorreu no Palácio do Campo das Princesas onde todas as organizações feministas presentes tiveram representações na mesa, mas nenhuma mulher LBT foi convidada a compor. Rivânia deixa o repúdio das organizações LBT's e diz que esse conselho precisa publicizar isso para a Secretaria da Mulher já que esta secretaria tem um assento nesse conselho.
- Rivânia Rodrigues sugere emitir uma nota de pesar pelo assassinato do Tenente da PM Wagner Souza e a Major da PM Aline Maria, Rivânia se emociona ao lembrar que a Major Aline Maria esteve acompanhando todo o trâmite da Parada da Diversidade de Pernambuco, destaca a atuação de Tenente e da Major também no cuidado e acolhimento com as mulheres trans/travestis que eles tinham na polícia, que essa será uma perda inestimável para o movimento LGBTQIA+ no estado.

INFORMES

- Lucas Lira informa que com relação ao feedback da carta, houve um diálogo com a equipe de transição e que a última informação que eles passaram foi de terem uma equipe reduzida em torno de 07 pessoas, que essa não é uma equipe política, mas sim técnica que está ali para resolver tudo. O conselheiro diz que essa equipe afirmou que iria receber o conselho, que a reunião fosse agendada para janeiro já com as nomeações dos próximos gestores, que garantiram a presença da vice-governadora recebendo o conselho. Ficou acordado para na primeira quinzena de janeiro montar uma comissão e fazer a entrega da carta.
- Lucas Lira informa que também ficou deliberado que nessa reunião ocorreria uma confraternização mínima para todos(as/es) que pudessem estar presentes, que

houve uma movimentação para trazer os(as/es) conselheiros(as/es) do interior onde Hewrya conseguiu chegar, mas Maria Daniela está cirurgiada por isso não pôde estar presente e a companheira Adriana não esteve presente por conta do seu trabalho.

- Gleyton Araújo informa que dia 14 de novembro foi encaminhado um ofício do Gabinete de transição para a Casa Civil com relação aos conselhos solicitando informações sobre todos os conselhos existentes no estado de Pernambuco. O conselheiro retrata que a Casa dos Conselhos repassou no dia 02 de dezembro.
- Léo Lins pede para informar que participou do Seminário da UNERGS a convite de Dayanna Louise e Aline Malta, que foi enquanto técnico da coordenadoria para compor a primeira mesa do evento levando toda sua vivência enquanto homem-trans do Sertão de Itaparica, que a escola onde Léo se formou no ensino médio levou o grupo de pesquisa e ele também pôde dar seu depoimento como egresso.
- Marcone informa ao pleno que nesse mês de dezembro ocorreram 02 casos de LGBTfobia no estado, sendo um em Gravatá contra um homem gay e outro em Vitória de Santo Antão ocorreu um assassinato de uma mulher-trans, o conselheiro diz que é preciso oficializar o DHPP para saber como estão os acompanhamentos desses casos e também para o CECH caso tenha chegado até eles alguma demanda.
- Rivânia Rodrigues informa que a Secretaria da Mulher do estado abriu um edital para projetos e foi aprovado um projeto para a pauta LBT (mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais/travestis). A conselheira pontua que no que cabe às mulheres LGBT's dentro dessa secretaria desde sua primeira gestora tem muita dificuldade, ela reconhece que houveram avanços como a criação do coletivo pró-lésbicas e mulheres bissexuais, bem como o coletivo de mulheres trans/travestis, porém ainda existe uma dificuldade e usa de exemplo um evento que ocorreu no Palácio do Campo das Princesas onde todas as organizações feministas presentes tiveram representações na mesa, mas nenhuma mulher LBT foi convidada a compor. Rivânia deixa o repúdio das organizações LBT's e diz

que esse conselho precisa publicizar isso para a Secretaria da Mulher já que esta secretaria tem um assento nesse conselho.

- Rivânia Rodrigues conselheira informa ainda, que no dia 20 de dezembro ocorreu uma chacina na cidade do Recife e o 19ª Batalhão perdeu 02 oficiais muito importantes no combate as LGBTfobias, por isso é necessário que esse conselho emita uma nota de pesar. Foram assassinados a esposa do autor dos disparos, o Tenente da PM Wagner Souza e a Major da PM Aline Maria, além disso 02 agentes da PM ficaram feridos. Rivânia se emociona ao lembrar que a Major Aline Maria esteve acompanhando todo o trâmite da Parada da Diversidade de Pernambuco, destaca a atuação de Tenente e da Major também no cuidado e acolhimento com as mulheres trans/travestis que eles tinham na polícia, que essa será uma perda inestimável para o movimento LGBT no estado.
- Gleyton Araújo informa que chegou para a coordenadoria uma demanda de uma mulher trans que foi fazer um procedimento em São Paulo, que está na UTI em estado de vulnerabilidade no quadro clínico. O conselheiro quis fazer apenas o registro, uma vez que Luiz Valério já está ciente do caso e que a demanda chegou através de instituições do Movimento Social que foram até a coordenadoria pedir apoio no caso.
- Luiz Valério informa que já fez contato com a Coordenadoria de Saúde LGBT de São Paulo e está aguardando retorno, que também está buscando informações através de amigos médicos que trabalham por lá. Valério faz um destaque de que as relações são difíceis de tratar para com essas questões, que houve uma tentativa de intervenção com outro caso parecido com pouca articulação nesse processo e agora o que ele tem de informação é o aguardo desse retorno.

Diante disso, nada tendo mais a acrescentar a secretária executiva Íris de Fátima, lavra a presente ata.

Recife, 21 de Dezembro de 2022.

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

Secretaria de Segmentos Sociais

